



Boletim do
Instituto de Apoio à Criança

Nº 41 ♦ JULHO/SETEMBRO ♦ 1996 ♦ TRIMESTRAL

IAC



MENSAGEM DE ESPERANÇA PARA ERRADICAR A POBREZA



P. 2 a 4

FOTO LUISA FERREIRA

“ESTAMOS ATENTOS”, DISSE BOUTROS-GHALI, SECRETÁRIO-GERAL DA ONU, NA COMEMORAÇÃO DO ANO INTERNACIONAL DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA — 1996, QUANDO PEDIU A TODOS QUE VIVEM NA POBREZA PARA DIZEREM COMO SE DEVE TRABALHAR PARA IR AO ENCONTRO DAS SUAS ASPIRAÇÕES. “NÃO PARA VÓS, MAS CONVOSCO”.

JACINTO MAGALHÃES
UMA VIDA
DEDICADA À
GENÉTICA DA
CRIANÇA P. 5

PROJECTO DE RUA
AVALIAR 96, PROGRAMAR 97 P. 6

7º CONGRESSO
INTERNACIONAL DE LUDOTECAS P. 8

BOUTROS-GHALI: ESTAMOS ATENTOS

BOUTROS Boutros-Ghali, secretário-geral da ONU, na cerimónia oficial do lançamento do Ano Internacional de Erradicação da Pobreza, falou aos dirigentes de todo o mundo num imperativo ético, social, político e económico da humanidade: as realidades da pobreza — hoje bem conhecidas, mas demasiadas vezes ignoradas.

Numa exaustiva referência às condições de existência de parte significativa da população mundial, o secretário-geral das Nações Unidas inventariou números, registou situações, mas também fez apelos ao entendimento das nações e de quem as governa para este flagelo que é a pobreza.

Esta campanha [o Ano Internacional para a Erradicação da Pobreza] envolve todos os sectores e protagonistas da sociedade. Dirigentes do mundo do comércio e da indústria, organizações profissionais e sindicais, os meios de comunicação social, a comunidade académica e todas as mulheres e homens de boa vontade têm uma responsabilidade própria de trabalharem para apoiar este objectivo comum.

Mais de 1300 milhões de pessoas lutam pela sobrevivência com menos de um dólar (155\$00) por dia, o que revela um aumento de 300 milhões relativamente às estatísticas de há cinco anos. Em 1990, o rendimento *per capita* da faixa dos 20 por cento mais ricos do mundo era 60 vezes maior do que a faixa dos 20 por cento mais pobres, o dobro do que se registava 30 anos atrás.



BOLETIM DO IAC
N.º 41

JULHO/SETEMBRO
1990

director

Álvaro Flores Araújo

co-ordenação

Grupo Trabalho do IAC

António Tomado

Clara Castilho

Luís José Santos

edição

Instituto Associação

Largo da Memória, 14

1300 Lisboa

concepção gráfica

e produção

João Imaginário

fotolitos

Rosália, l. da

Impressão

Tipografia Lugo

deposição legal

N.º 74 126/94

tiragem

3000 ex.

Mais de mil milhões de seres humanos não podem ver satisfeitas necessidades elementares como o acesso à água potável e saneamento básico. Anualmente, morrem mais de três milhões de pessoas vítimas por doenças evitáveis, como a tuberculose e a malária.

Mais de 130 milhões de crianças, na sua maior parte do sexo feminino, não frequentam a escola.

COMO PODEMOS PERMITIR QUE ESTAS SITUAÇÕES SE MANTENHAM?

A persistência da pobreza não é só incompatível com a harmonia social e uma ordem política estável — é também moralmente errada.

Como se pode esperar que os

pobres aceitem e se empenhem nas estruturas sociais existentes se estas parecem fomentar a pobreza?

As acções para garantir a paz, segurança e estabilidade globais revelar-se-ão fúteis se não forem abordadas as necessidades económica e sociais das pessoas.

QUE TEMOS DE FAZER?

As análises e as recomendações não faltam. Têm sido feitos muito esforços, tanto a nível nacional como global, que podem dar-nos algumas lições. Mas necessitamos de políticas específicas.

Políticas que aumentem o acesso dos pobres aos recursos produtivos e que tornem mais latas as oportunidades de utilização das



FOTO MARIA JOÃO CALISTO LOPES

suas qualificações profissionais. Políticas que não subestimem a vontade ou a capacidade dos pobres de trabalharem para o seu próprio progresso e que reconheçam que as famílias pobres estão dispostas a fazer sacrifícios para ter um filho na escola.

Políticas que sejam norteadas pelas prioridades das pessoas, pela sua percepção das oportunidades, que estimulem iniciativas localizadas, de base comunitária, em que a participação seja efectiva e tenha um sentido e que conjuguem e complementem as medidas de qualificação profissional e de criação de rendimentos com acções que visem reduzir a discriminação, a exclusão e a marginalização.

Políticas que integrem medidas e esquemas de segurança social na orientação dominante da política económica e essa vertente económica nos objectivos políticos e sociais da sociedade.

Políticas com sensibilidade para o facto de os pobres serem os mais afectados por situações súbitas de crise, incluindo as guerras, os conflitos étnicos e as calamidades naturais.

ESTAS POLITICAS TÊM DE SER DEFINIDAS TANTO A NIVEL NACIONAL COMO LOCAL

Por que motivo devemos, então, considerar o combate à pobreza uma preocupação global?

Por três razões. A primeira é que todo e qualquer país do mundo tem de fazer face ao desafio da eliminação da pobreza absoluta. A segunda é que a erradicação da pobreza é um imperativo humano que nos obriga à acção, não importa onde. A terceira é que a deslocação das pessoas, a expansão dos conflitos e da violência, o alastrar das doenças e as consequências das tensões sociais extravasam as fronteiras e revestem natureza global.

Esta dimensão global tem vindo a ser crescentemente reconhecida. Praticamente todas as declarações

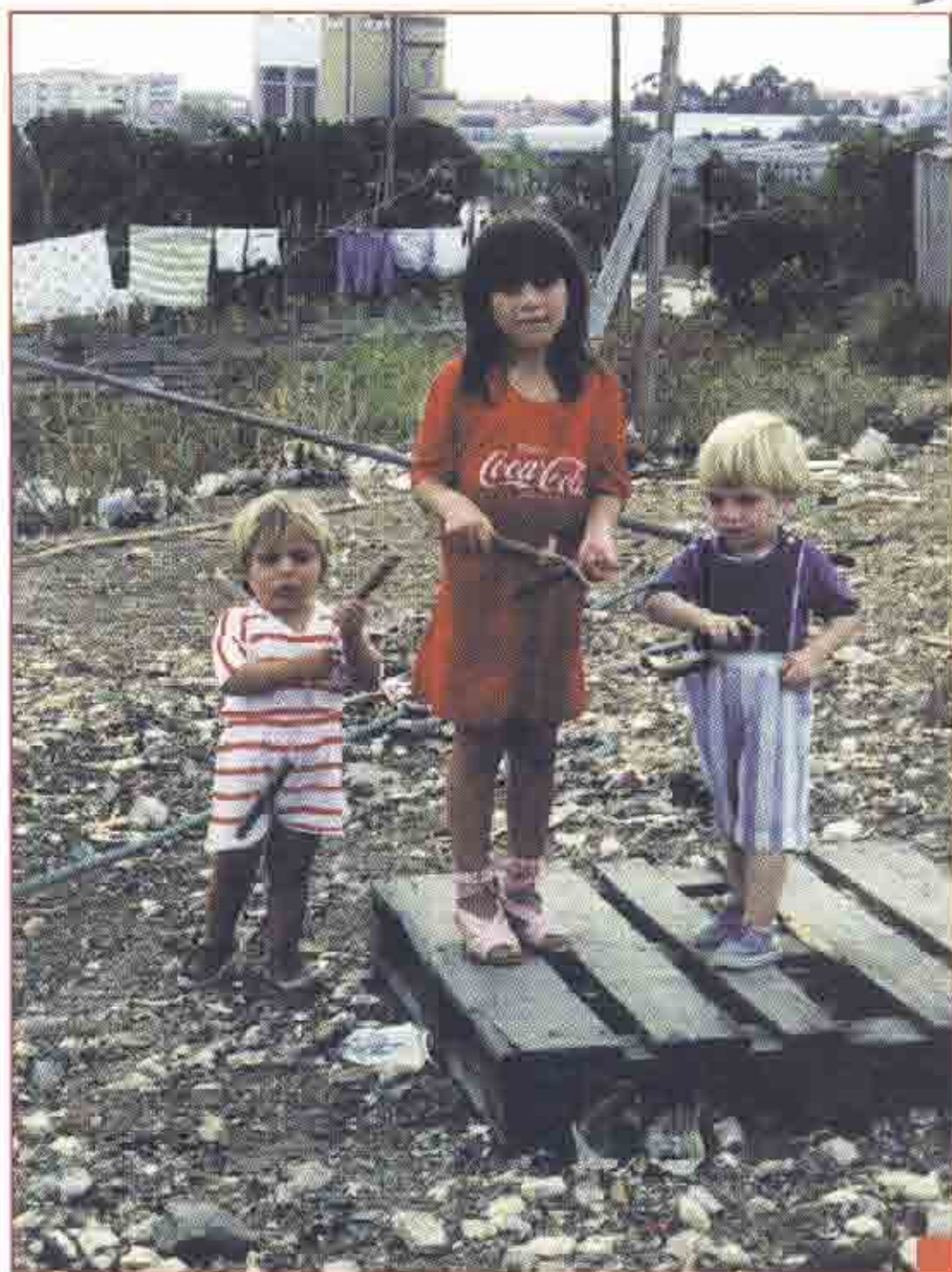
das Nações Unidas relativas ao desenvolvimento incluem um compromisso de combate à pobreza. Ao contrário do que a opinião pública pensa, 80 por cento do orçamento das Nações Unidas são investidos em actividades que, directa ou indirectamente, se prendem com a melhoria das condições de vida das pessoas, a longo prazo.

Os compromissos assumidos em Copenhaga, quando os dirigentes mundiais ali se reuniram, em Março do ano passado, foram um sinal de progresso significativo. Neles se refere a erradicação da pobreza e não apenas o combate ao flagelo. Neles se exige que os países estabeleçam uma data limite para essa erradicação. São compromissos assumidos ao mais alto ní-

vel, que reflecte o primado conferido a este problema na série de conferências globais, que foram desde o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, em 1990, até à Conferência sobre as Mulheres, realizada no início deste ano.

Cada uma dessas conferências estabeleceu uma ligação entre o seu próprio tema central e a acutilante questão da pobreza, introduzindo-as na respectiva ordem de trabalhos. No ano passado, a UNICEF publicou o seu Relatório sobre a Situação Mundial da Infância, que já revela progressos no cumprimento de promessas feitas no Encontro de 1990.

De facto, entre 1960 e 1995, a mortalidade infantil nos países em desenvolvimento foi reduzida para



1966 — ANO INTERNACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

menos de metade; as taxas de vacinação subiram de menos de 10% nos finais da década de 70 para 80%, na maioria dos países em 1991, o que permitiu salvar perto de três milhões de vidas em cada ano; a varíola foi erradicada e a poliomielite tem vindo a desaparecer em vastas regiões do mundo; está prestas a ser eliminada a doença do parasita da Guiné; a simples técnica de reidratação oral tem permitido salvar um milhão de vidas por ano. Finalmente, as matrículas no ensino primário aumentaram de 48% nos anos 60 para 77% em 1995.

OS PROGRESSOS REALIZADOS O FUTURO DESEJADO

Os progressos realizados em cada um destes sectores constituem verdadeiros golpes na pobreza, nas suas causas e nos seus efeitos. Um seguimento semelhante no que respeita a outras conferências internacionais terá resultados igualmente notáveis, o que vai exigir a integração dos compromissos globais nos planos, estratégias e programas nacionais, e um aumento substancial das contribuições da comunidade de doadores.

Todos os países do mundo deveriam criar e pôr em prática, no curto prazo, um processo de formulação de uma estratégia para a erradicação da pobreza absoluta, como está previsto na Declaração de Copenhaga.

Estratégias nacionais bem articuladas e um sistema das Nações Unidas mais bem coordenado, que preste o seu apoio a tais estratégias, ajudará a animar a formulação e execução de programas contra a pobreza. Mas para termos um impacto real, caracemos de atribuir mais recursos, tanto a nível nacional como internacional, à luta contra a pobreza. O grosso desses recursos terá de ser aplicado internamente.

Os governos terão de dar prioridade aos programas de aumento de rendimento e de criação de empre-

go orientados para as pessoas que vivem na pobreza. Terão de estudar os respectivos orçamentos e redistribuir meios financeiros de rubricas como as despesas militares e os subsídios que beneficiam sobretudo as classes mais altas. Os seus pedidos de auxílio internacional terão muito maior peso se a imagem real dos governos for a de um seu verdadeiro empenhamento na mobilização dos recursos internos dos respectivos países.

A formulação de estratégias nacionais de luta contra a pobreza

deve ser seguida da avaliação sistemática de tais estratégias nas instâncias de coordenação de auxílio, incluindo os grupos consultivos e mesas-redondas já existentes. Se a comunidade de doadores responder generosa e responsavelmente em cada caso específico, a campanha global conjunta para erradicação da pobreza pode ajudar a inverter o declínio que se observa na concessão de auxílios, através de um desenvolvimento agrícola sustentável, maior e melhor distribuição e armazenamento de produtos alimentares, melhoria do acesso aos alimentos por parte das populações de baixo rendimento.

“Aos milhares de Organizações Não Go-

E D I T O R I A L A EXCLUSÃO SOCIAL TAMBÉM É EXCLUSÃO DOS AFECTOS

“Por muito alto que se seja
Ninguém é mais alto que o outro
porque pode escorregar
e então o mais pequeno ajuda
o maior a levantar-se”

[“Fandango”, popular, Espanha]

A exclusão e a pobreza não são fenómenos naturais, como as catástrofes, mas fenómenos humanos e sociais, profundamente enraizados na nossa cultura. Podem

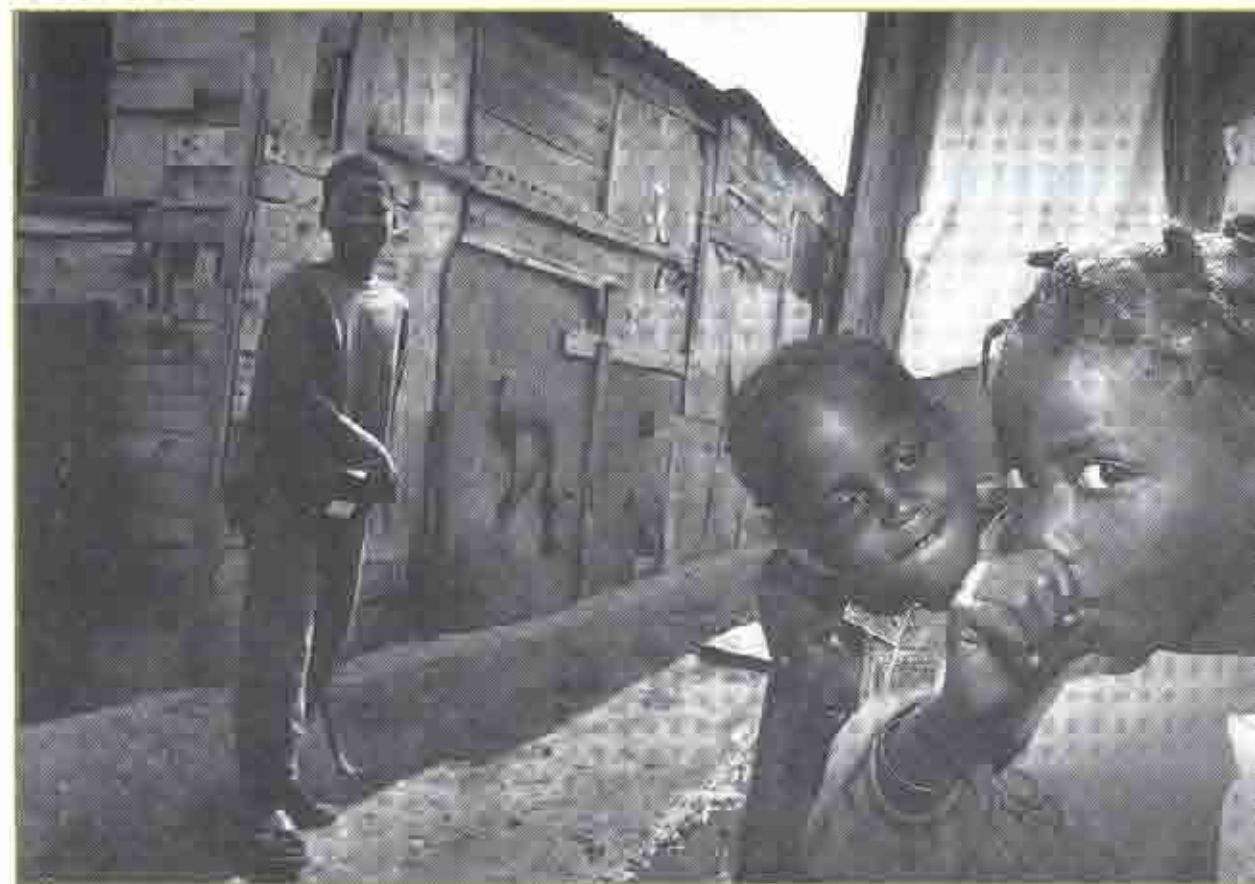
revestir diversas formas, designadamente económica, social, relacional, constituindo sempre uma desqualificação para a própria pessoa excluída.

Qualquer que seja a sua origem, traduz-se numa ruptura profunda e permanente dos elos e relações sociais, conduzindo ao isolamento e por vezes à auto-exclusão.

Os novos pobres ou excluídos são os que não partilham nem participam positivamente na vida social da família, no emprego, da comunidade à associação.

São os que não atingem, não se adapta-

FOTO DANIEL ROCHA



vernamentais, formal ou informalmente constituídas, que já exercem uma actividade prática para melhorar a situação dos que vivem na pobreza, deixo aqui expresso o meu profundo agradecimento, o meu estímulo e o meu apoio.

E aos que vivem na pobreza envio esta mensagem: estamos atentos. Pedimo-vos que nos digam como devemos trabalhar para ir ao encontro das vossas aspirações, não para vós, mas convosco."

[Dados recolhidos do Boletim do Centro de Informação da ONU, de Fev./96] ■

ou ficam por isso de fora dos padrões sociais e culturais mínimos sempre em desenvolvimento de complexidade e exigência.

Ao conceito de exclusão social opomos o de integração que advém do próprio conceito de desenvolvimento.

Integração que se joga primordialmente ao nível da definição e execução das políticas sociais, que devem conter em si a flexibilidade e os dispositivos que evitem que pessoas e grupos caiam na exclusão e na marginalização.

Por outro lado, as questões de inserção social devem ser pensadas entre o mercado e o Estado, o mundo das organizações voluntárias e das famílias.

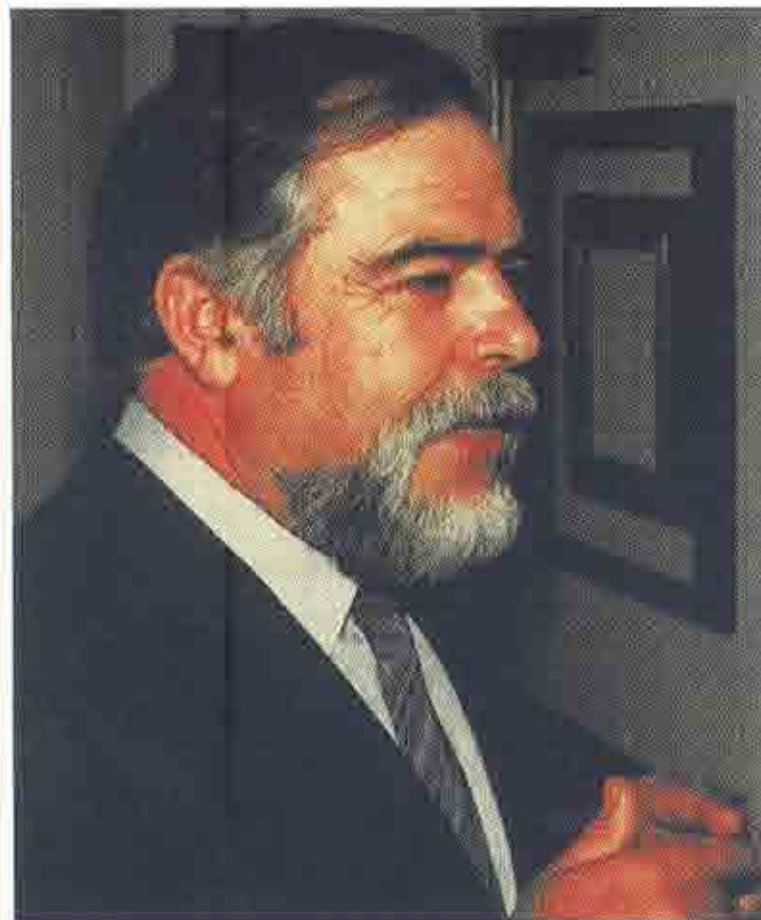
Estamos, no entanto, convictos de que não há sociedade integrada que concretize, efective quotidianamente os direitos consignados na Declaração dos Direitos Humanos sem solidariedade e sem afecto.

Assim, lutar contra a exclusão e pobreza passa também pela percepção de que cada pessoa, de cada família, de que é estimada, valorizada e amada e que pertence a uma rede de direitos e obrigações. ■

JOAQUINA MADEIRA

A GENÉTICA A FAVOR DA CRIANÇA JACINTO MAGALHÃES, MÉDICO E POETA

de V. V. V. V. V.



tempo de recordar":

Como médico, orientou toda a sua vida para a genética a favor da criança.

A criação do Instituto de Genética Médica, que hoje tem o seu nome, foi talvez o culminar de uma carreira, pelo que representou de visão para o futuro e de "pensar em grande", como ele tanto gostava de dizer.

Possibilitou-lhe ainda lançar-se na concretização de outro grande sonho:

o rastreio de do-enças genéticas no recém nascido, particularmente a fenilcetonúria e o hipotirodismo congénito.

Esse rastreio vem possibilitando, desde o início da década de 80, o desenvolvimento normal e saudável de centenas de crianças que de outra forma estariam condenadas a carregar durante toda a vida o fardo de um atraso mental profundo e irreversível.

Lembro-me de, nos primeiros anos do rastreio, e quando os poderes públicos questionavam a sua rentabilidade, o Dr. Jacinto dizer: "Não há dinheiro no mundo que pague o sorriso de uma criança".

Esta frase sintetiza bem a sua forma de sentir e de actuar.

Personalidade discutível, como é o caso de todas as que saem da mediania, era indiscutivelmente um homem de grandes acções e de grande coração. ■

* Médico do Instituto de Genética Médica Jacinto de Magalhães

AVALIAÇÃO 96 / PROGRAMAÇÃO 97



FOTO: LUIS MIGUEL FERRAZ

DURANTE a primeira quinzena do mês de Setembro e em simultâneo com o trabalho normal, foram feitas as avaliações parcelares relativas ao trabalho desenvolvido pelo Projecto Rua no ano de 1996, a apresentar na 8ª Avaliação Anual (24-26 de Setembro de 1996) do Projecto Rua.

Nos dias 24 e 25, a equipa reuniu-se no Colégio Maria Pia, em Xabregas, para uma reflexão conjunta sobre as avaliações parcelares, visando os principais aspectos positivos, os principais obstáculos, possíveis recomendações para o programa do próximo ano, assim como uma tomada de medidas para maior eficácia do trabalho de 1997.

A equipa reflectiu ainda sobre alguns temas de interesse para a sua coesão e aperfeiçoamento profissional, tendo também havido um espaço em que se pretendeu dar uma visualização global das acções do Projecto durante o ano que finda.

No dia 26, a avaliação culminou com a apresentação, em forma de exposição, aos parceiros e entidades implicadas, do trabalho desenvolvido em 1996 e a proposta para 1997 nas zonas de inter-

venção e com a inauguração de um espaço (Casa Branca) para apoio a crianças do Bairro Olival do Pancas, cedido pela Câmara Municipal de Loures.

No final, por amável deferência da Câmara Municipal de Loures, foi oferecido um beberete, onde estiveram presentes vários convidados, assim como vários parceiros da equipa do Projecto, a população de Olival do Pancas e representantes da população do Bairro 6 de Maio, Zona I de Chelas e Pátio 208.

INSERÇÃO SOCIOPROFISSIONAL

Até ao momento, 25 jovens e um familiar (mãe de um jovem) tiveram oportunidade de passar por uma experiência de trabalho nas mais diversas áreas: auxiliar de limpezas, serralharia, mecânica auto, animadores de escola, tratadores de animais, auxiliares de educação, aprendiz de processamento de texto e outras.

Do total de 26 beneficiários, nove desistiram do seu processo de formação, sendo as principais razões a obtenção de emprego e o regresso à escola. Em relação aos restantes 17, a formação está a decorrer sem problemas.

Todos os jovens em formação

estão também a ter sessões de formação complementar, onde são abordados alguns temas que vão ao encontro das suas necessidades e interesses. Estas sessões acontecem uma vez por semana, tendo até ao momento já sido realizadas sete, sobre os seguintes temas: saúde, leis do trabalho, competências pessoais e sociais e actividades desportivas. Para algumas destas sessões, tem-se contado com a colaboração de formadores, sendo outras ministradas pelos elementos da própria equipa.

REDES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Como membro associado da rede europeia Antipobreza, o Projecto Rua, representado por Paula Paçó, frequentou uma acção de formação no âmbito do Projecto SIFAT (Sistemas de Informação, Formação e Apoio Técnico).

O objectivo geral deste Projecto consiste em implementar e dinamizar o funcionamento de redes locais de desenvolvimento e de solidariedade social no combate à pobreza e à exclusão social.

ACÇÃO SOCIAL EM LISBOA

Com o objectivo de pensar a acção social na cidade de Lisboa, o IAC, representado por Adelina Marques (Projecto Rua), irá participar num grupo de reflexão, do qual fazem parte diversas entidades, como o Governo Civil, a Câmara Municipal, o Centro Regional de Segurança Social, a Caritas Diocesana, a União das IPSS, a Santa Casa da Misericórdia e a Irmandade da Misericórdia e de S. Roque.

Numa primeira reunião, foi dado particular relevo à problemática da exclusão social e da população sem abrigo. Foi ainda acentuada a necessidade de uma acção concertada, para a qual foi considerada indispensável a elaboração da Carta Social da cidade de Lisboa. ■

IAC CONTINUA PRESENTE NA ITLA

A ITLA-Associação Internacional de Ludotecas organiza, de três em três anos, o Congresso Internacional de Ludotecas. O de 1966, realizou-se de 26 a 30 de Agosto, em Zurique, na Suíça, com o tema "Cada espaço é um espaço de jogo".

Eram objectivos do congresso possibilitar a troca de experiências e de saberes entre os participantes dos diferentes países, bem como promover o significado do jogo enquanto actividade cultural e de ocupação activa de tempos livres.

Portugal esteve representado neste 7º Congresso por Leonor Santos e Natália Pais, do Sector de Actividade Lúdica do IAC. Natália Pais, que apresentou a comunicação "A boneca, um brinquedo de gerações", foi, mais uma vez, eleita para a direcção da ITLA, por um período de três anos, à semelhança do que já se tinha passado na Austrália, na última conferência internacional. Leonor Santos manteve-se como representante portuguesa nesta associação.

Ao longo dos quatro dias, o Congresso, que se desenvolveu através de conferências, comunicações, exposições, ateliers animados pelos participantes e excursões temáticas, envolveu, no seu progra-

ma de trabalho, os seguintes conteúdos: O jogo multicultural; Jogos de família e de sociedade; Jogar entre gerações; Aprender enquanto se joga / jogar enquanto se aprende.

Entre os temas abordados no Congresso, merecem referência, pela forma como ilustram a unidade e a diferenciação que cada vez mais está subjacente à temática da actividade lúdica, as seguintes comunicações: "Do jogo ao livro", apresentada por Gisela Wajskop, da Universidade Católica de S. Paulo; "Attingir o silêncio através do jogo", por Nylse Cunha, da Associação de Ludotecas do Brasil; "Cidades em jogo", a cargo de Alice Lucot, da Associação de Ludotecas de França; "Aprender a partilhar", apresentado por H. Bray e C. Armstrong, da Biblioteca de Tempos Livres de Liverpool; "Brincando com a avó", por Despina Yamodi, da Sociedade de Ludotecas Grega; "Um modelo flexível de actividade lúdica", da responsabilidade de



Sergey Manevsky, do Serviço de Apoio à Família da Rússia.

Participaram neste congresso cerca de 500 profissionais, que puderam partilhar experiências, debates e reflexão. A ITLA prepara agora a próxima oportunidade de encontro entre profissionais, no 8º Congresso, que terá lugar daqui a três anos, em Tóquio. ■

ACTIVIDADE LÚDICA DO IAC EM FRANÇA

4ª UNIVERSIDADE DE LUDOTECÁRIOS

A Associação de Ludotecas Francesas promove anualmente em Parthenay, no Sul da França, a Universidade de Verão dos Ludotecários, em simultâneo com o Festival dos Jogos.

Este ano, de 8 a 12 de Julho, decorreu a 4ª Universidade, na qual participaram Leonor Santos e Natália Pais — Sector da Actividade Lúdica DO IAC —, que abordaram o tema "As Ludotecas em Portugal" e sobre o qual apresentaram os seguintes aspectos: história, objectivos dos diferentes espaços e ludotecas, formação de profissionais.

Nesta Universidade, foram ainda abordados outros temas, dos quais se salientam:

"O brinquedo, objecto cultural da infância: passado e presente", que foi apresentado por Michel Manson, da Universidade de Paris Norte Villetaneuse.

"Acolhimento das crianças na Europa", por Martine Félix, do Instituto da Criança e da Família.

"Observação para um trabalho de qualidade", por Ruth Canter Kohn, da Universidade de Paris VIII.

"O jogo, do social ao cultural",

apresentado pelo antropólogo Pierre Mayol.

"Jogo e referências", a cargo do psicólogo Jean Epstein.

"As ludotecas na Dinamarca", pelos ludotecários Susanne Schovsbo e Solveig Zielke.

"Jogador ou amador de jogo?", a cargo de Jean Bilharz.

Cada intervenção foi acompanhada de debate, troca de experiências e reflexão por parte dos participantes.

Nesta 4ª Universidade de Verão de Ludotecários participaram cinquenta profissionais. ■

ACÇÕES DE FORMAÇÃO



ACTIVIDADE LÚDICA

“OFICINA da Palavra — Oficina de Histórias” é o tema da acção de formação do Sector de Actividade Lúdica do IAC. Orientada por António Torrado, a acção decorrerá em Novembro próximo, na Avenida de Berna, 56, 2º, em Lisboa.

No mesmo local, nos dias 3, 4 e 5 de Dezembro deste ano, decorrerá, uma outra acção de formação: “Os Meios Audio, Visuais e Audiovisuais na Formação”.

Ambas as acções de formação têm o apoio do Serviço de Educação da Fundação Gulbenkian.

PROF. CORIOLANO FERREIRA

FALLECEU no dia 19 de Julho passado o Professor Doutor Coriolano Ferreira, director da Escola Nacional de Saúde Pública de Lisboa. A família, o IAC apresenta respeitosos pêsames.

Sócio nº 22 do Instituto de Apoio à Criança, o Prof. Coriolano Ferreira fora designado Sócio Honorário nº 3, em assembleia do IAC de 1 de Março de 1993. No próximo *Boletim do IAC*, apresentaremos um trabalho sobre a sua vida e obra.

SOS-CRIANÇA PRESENÇA NOS MEDIA

O SOS-Criança, um serviço que atende, em média, 20 a 25 novos casos por dia, continua a ter visibilidade ao nível dos órgãos de comunicação.

Assim, o coordenador do SOS-Criança, Manuel Coutinho, foi entrevistado, em Julho, pela revista *QUO e*, em Agosto, pela Rádio Capital, Rádio Sol, Rádio Bravo, Rádio Sul, pelo jornal *A Capital*, pela revista *Visão*, pela Agência Lusa e no programa do Canal 1 Praça da Alegria. Nestas diferentes intervenções, abordou a temática do serviço que coordena, bem como questões relacionadas com as causas do abuso sexual, os maus tratos nas crianças e a pedofilia. Jorge Ferreira foi entrevistado na Rádio Universitária, na Rádio Mais e na revista *Elle*, sobre o SOS e também a temática das crianças maltratadas. A revista *Maria* entrevistou Isabel Oliveira e a educadora Rosário Costa. Sobre a Conferência Internacional sobre o Abuso Sexual foi entrevistada, na Rádio Capital, Maria João Pena.

FASCINAÇÃO SEM FRONTEIRAS

EM diferentes locais do globo, grupos de crianças, jovens ou adultos realizam colectivamente um filme de animação. Como? Trocando, via fax, os desenhos que cada grupo vai realizando no seu atelier. Chama-se a iniciativa *Faxination*.

E já deu frutos, no Dia Mundial da Criança de 1966, quando o IAC juntou um grupo de oito crianças, entre os 8 e os 12 anos, em Lisboa, no Atelier de Técnicas Narrativas da Fundação Gulbenkian, com idêntico grupo na Associação de Ludotecas do Porto (Anilupa). O resultado foi a realização de uma série de desenhos que trocaram via fax: 450 desenhos que na tarde do mesmo dia foram filmados e projectados para todo o grupo.

O QUE NÃO NOS AGRADA NOS GRANDES...

- Que quando andamos de bicicleta queiram sempre que eu esteja à frente deles.
- Que me façam comer coisas que não me agradam.
- Que me obriguem a usar coisas que não me agradam mas, que lhes agradam a eles.
- Que quando nós, crianças, fazemos uma pergunta aos pais, não possam ouvir a resposta ou porque somos muito dependentes ou porque são coisas demasiado difíceis de explicar.
- Quando nos levam para sítios onde não gostamos de ir.
- Quando os grandes conversam sobre os seus problemas e nos excluem porque somos muito pequenos.
- Quando jogamos juntos e ganhamos e eles dizem que fizemos trapaça.
- Quando se zangam entre si.
- Quando o meu pai ou a minha mãe descarregam a sua raiva sobre mim.
- Que tomem decisões sem a nossa opinião.
- Que nunca nos dêem a conhecer os seus problemas e não se façam compreender.
- Que nos mandem sempre calar.
- Que me obriguem a comer legumes, prometendo-me que se os comer me farão batatas fritas.
- Quando o meu pai goza comigo e me chama “orelhas de elefante” porque tenho as orelhas grandes.

“CRIANÇA SE NASCE”
INSTITUTO PIAGET

